

Mobilização social na Andaluzia: do radicalismo à institucionalização

SOBRE O DESCONHECIMENTO DO ESTADO E/OU O RADICALISMO ANTIESTATALISTA DO PROTESTO CAMPONÊS TRADICIONAL

As sociedades tradicionais elaboram as suas utopias particulares de libertação a partir dos modelos simbólico-culturais legitimadores da sua própria ordem político-institucional e sócio-económica de natureza basicamente agrária. O desconhecimento do Estado ou o radicalismo, a violência e a visceralidade antiestatalista frequentemente manifestados pelos camponeses dessas sociedades explicam por que razão tais modelos desconhecem e/ou permanecem à margem da racionalidade da sociedade industrial moderna, bem como das suas complexidades organizativas, quando não estão mesmo em oposição a elas. Esta oposição pode ser interpretada como uma reacção aos efeitos perniciosos sobre a ordem social tradicional dos processos de introdução ou ingerência nela do Estado moderno, bem como das relações industriais de produção que isso implica. Se tivermos em linha de conta que estes efeitos negativos costumavam ser consequências habituais tanto dos processos de modernização dos sistemas liberal-capitalistas como dos das burocracias centralmente planificadas do *socialismo real*¹, compreenderemos por que razão a resistência do campesinato tradicional ao Estado e aos processos de modernização sócio-económica, político-industrial e simbó-

* Universidade de Granada.

¹ No que toca à atitude de resistência dos camponeses perante a modernização capitalista, pode consultar-se Wolf (1979). Quanto ao socialismo real, um texto muito significativo é o de Shanín (1983), no qual o campesinato é entendido como uma classe incómoda para os planos estatais de modernização, dadas as dificuldades ou obstáculos que, consciente ou inconscientemente, opõe aos mesmos.

lico-cultural que o mesmo representa ou propugna constituiu um traço característico comum a ambos os sistemas.

Há que precisar que o desconhecimento ou a rejeição das funções do Estado não constitui uma atitude exclusiva do campesinato tradicional, já que se trata de uma ideia notavelmente difundida no século XIX, fazendo parte tanto da mentalidade liberal como do pensamento de Marx. Obviamente, esta ideia manifesta-se em cada um dos casos referidos com diferentes matizes e implicações práticas ou ideológicas. Assim, para os liberais, a limitação ou exclusão do papel do Estado em prol da harmonia, que se supõe resultar do livre jogo da lógica do mercado, pretende, implícita ou explicitamente, deixar o terreno livre à concorrência capitalista, no sentido que o darwinismo social conferiu a esse termo. Em contrapartida, o pensamento de Marx coincide com o anarquismo na sua visão negativa da política e na sua rejeição do Estado. Como é sabido, para tal pensamento, o Estado é um instrumento coercivo ao serviço dos interesses da classe dominante e a extinção só será possível na utópica sociedade comunista sem classes do futuro; até se chegar a ela será necessário passar por um período adaptativo de *ditadura do proletariado*.

Não obstante, é nos camponeses insurrectos do mundo tradicional que o desconhecimento ou a rejeição radical do Estado se manifestam com maior intensidade e radicalismo. Em trabalhos anteriores debruçei-me já sobre as interpretações que Eric J. Hobsbawm e Eric R. Wolf fazem das atitudes do campesinato tradicional face ao Estado e aos seus paradigmas políticos e burocráticos, tendo também desenvolvido a minha própria perspectiva sobre o assunto (Entrena, 1995a e 1998). Exporei seguidamente, de modo sintético, algumas das conclusões alcançadas nos referidos trabalhos que se revestem de interesse para os propósitos analíticos do presente artigo.

Em primeiro lugar, no que se refere a Hobsbawm, o autor explica as acima referidas atitudes do campesinato tradicional perante o Estado como resultado da sua compreensão limitada do funcionamento das instituições político-burocráticas estatais e do seu papel no seio do sistema social por estas constituído (Hobsbawm, 1973). De facto, o autor tende a desvalorizar a função que o campesinato tradicional pode desempenhar quanto a articular ou desenvolver organizações de carácter político-burocrático. Na sua conhecida obra *Rebeldes Primitivos* (1974), Hobsbawm estuda aquilo que considera modalidades «primitivas» ou «arcaicas» de organização e de mobilização social. Trata-se de formas de protesto que têm lugar no seio de grupos sociais cujos componentes não se encontram ainda totalmente inseridos no mundo capitalista urbano-industrial. Na referida obra, os membros de tais grupos são considerados «pessoas pré-políticas» que ainda não encontraram, ou que acabaram de encontrar, «uma linguagem específica na qual possam expressar as suas aspirações relativas ao mundo» (1974, pp. 11). Assim, os seus

movimentos organizativos participam frequentemente «da cegueira e da insegurança» típicas do âmbito em que se desenvolvem, caracterizado pelo analfabetismo e pela ausência de uma trajectória organizativa racional, como, por exemplo, a do sindicalismo moderno das sociedades industriais capitalistas, nas quais preponderam os paradigmas político-burocráticos estatais. Isto predispõe os camponeses a adoptarem certas modalidades de protesto cuja forma primária de organização, no entender do autor, as torna susceptíveis de serem por ele etiquetadas como meras «rebeliões». Neste sentido pode afirmar-se que no pensamento de Hobsbawm está implícita a clássica distinção académica entre «revolução» e «rebelião». Subjacente a esta distinção encontra-se, a meu ver, a pretensão de contrapor a paradigmática organização racional, que o autor associa às sociedades modernas (inseridas no âmbito da política estatal), à sistematicidade e irracionalidade que, mais ou menos implicitamente, Hobsbawm atribui às sociedades camponesas tradicionais, por ele consideradas «pré-políticas». Com esta afirmação não pretendo, de modo algum, diminuir a indubitavelmente relevante transcendência teórica da abordagem de Hobsbawm. O meu propósito é apenas o de tornar manifesto que, mesmo quando os acima citados escritos do autor se revelam bastante esclarecedores (servindo-me, de facto, como fonte de inspiração neste artigo), no que toca a compreender algumas das razões do tradicional apoliticismo e passividade dos camponeses, bem como a sua dificuldade para se organizarem de acordo com os pressupostos político-burocráticos estatais, tais escritos parecem manifestar, contudo, um certo etnocentrismo urbano-industrialista, do qual, por outro lado, foram participando muitos outros estudos até se generalizar a consciência autocrítica relativamente aos próprios paradigmas ocidentais, em grande medida como consequência do paulatino declínio da ideia que, mais ou menos acriticamente, tendia a identificar com progresso todos os aspectos relacionados com a passagem do tradicional rural para o moderno industrial. Esta circunstância impede Hobsbawm de captar a fundo a indubitável capacidade organizativa e simbólica das sociedades tradicionais, bem como o papel que as classes sociais das mesmas, na sua relação dialéctica com o âmbito urbano-industrial, podem eventualmente desempenhar na planificação e organização das estratégias inerentes aos processos modernizadores (Moore, 1976)².

Por outro lado, segundo Wolf, o habitual apoliticismo, desconhecimento ou rejeição do Estado por parte dos camponeses do mundo tradicional manifesta-se no facto de que estes tendem a crer que a emergência de uma

² Cito aqui a obra de Barrington Moore, *Los Orígenes Sociales de la Dictadura y de la Democracia* (1976), clássica sob diversos outros pontos de vista, pela sua utilidade para explicar as funções desempenhadas pelas classes superiores terratenentes e pelo campesinato durante o processo de modernização das sociedades agrárias tradicionais.

sociedade capaz de se auto-regular é possível por meio da simples eliminação do Estado, ao qual contrapõem a sua própria ordem social de *carácter doméstico*. O paradigma utópico desta ordem é, tipicamente, a comunidade local ou aldeã livre das intromissões e consequências desequilibradoras que sobre ela tem, em muitos casos, o Estado modernizador, com frequência responsável pela introdução da economia de mercado no agro tradicional e de medidas sócio-políticas ou disposições legais que costumam provocar profundas perturbações na sociedade camponesa tradicional e, amiúde, um considerável agravamento das suas condições de vida. Por conseguinte, os camponeses rebeldes são *anarquistas naturais*. Governados, mas sem experiência de governo, tais camponeses não têm conhecimentos sobre a complexidade organizativa do Estado, o qual entendem apenas como um *monstro sem sentimentos* (Wolf, 1979, p. 400). Apesar das limitações dos camponeses para se organizarem politicamente, o autor constata que, no decurso do século XX, os mesmos apoiaram a organização e desenvolvimento de seis grandes levantamentos sociais e políticos que sacudiram o mundo. Refere-se à revolução mexicana de 1910-1917, às revoluções russas de 1905 e 1917, à revolução chinesa, que conheceu diversas etapas a partir de 1921, à revolução vietnamita, que teve as suas raízes na segunda guerra mundial, à rebelião argelina de 1954 e à revolução cubana de 1958. Todas estas revoluções se basearam numa considerável participação das populações rurais nos seus quadros e estratégias organizativas. A perspectiva antropológica da qual parte Wolf permite-lhe uma compreensão mais profunda das capacidades organizativas (bem como da complexidade e diversidade destas) da sociedade camponesa tradicional do que a possibilitada pelo etnocentrismo urbano-industrial do enfoque de Hobsbawm. Neste sentido, a sociedade camponesa tradicional constitui, para Wolf, uma entidade organizativa própria, com uma estrutura sócio-económica e vinculações relacionais específicas. Isto não implica que o autor não se preocupe em mostrar de que modo a organização da referida sociedade se encontra inserida num processo de relação dialéctica com a da sociedade global, de tal modo que as transformações nesta resultam numa alteração geral dos pilares organizativos que sustentam a sociedade agrária tradicional.

Na minha opinião, além das explicações acima apresentadas, a rejeição ou desconhecimento das modernas formas organizativas estatais de índole político-burocrática por parte dos camponeses imersos no âmbito do rural tradicional podem ser interpretados em função do contexto em que se desenvolve a vida quotidiana desses mesmos camponeses, que faz com que tenham dificuldades em entendê-las. Noutro trabalho procurei explicá-lo estabelecendo uma relação entre o ecossistema que constitui o dito contexto e as modalidades de organização com as quais ele próprio se identifica melhor ou adota com vista à materialização dos referentes utópicos e modelos culturais

que conformam o seu horizonte de expectativas (Entrena, 1998, pp. 131-132). Esta noção de ecossistema implica a tomada em consideração não apenas do espaço físico ou *habitat*, como também da configuração social deste enquanto âmbito existencial por meio de uma rede de práticas económico-productivas e institucionais, determinantes de, e determinadas por, um nível específico de desenvolvimento tecnológico e legitimadas (ou seja, orientadas, explicadas ou justificadas) por um sistema de valores e símbolos culturais. Pois bem, se o conceptualizarmos deste modo, poderemos afirmar que, no ecossistema que constitui o âmbito existencial das modernas sociedades agrárias, os avanços tecnológicos e o nível de conhecimentos científicos existentes permitem uma eficácia consideravelmente elevada de tais práticas, o que se traduz em fortes melhorias dos rendimentos da agricultura e, portanto, num grande incremento da produção e, simultaneamente, num nível de controle sobre o meio físico-natural e social comparativamente muito mais elevado que o do mundo agrário tradicional. Isto, por sua vez, possibilita a emergência e desenvolvimento de valores culturais que propugnam a adaptação transformadora e activa relativamente a tal meio. Como consequência de tudo isto, os ecossistemas agrários modernos são mais propícios à criação e desenvolvimento de uma maior consciência das características e possibilidades das organizações de natureza estatal ou político-burocrática, já que estas se sustentam numa racionalidade instrumental tendente a adaptar-se activamente ao meio envolvente através da articulação e planificação de uma série de acções ou meios, da forma mais eficaz possível, com vista ao alcance de determinados fins.

Em contrapartida, o ecossistema que constitui o âmbito existencial do rural tradicional manifesta certas práticas económico-productivas e institucionais, bem como determinadas condições de vida, muito pouco propícias ao surgimento e desenvolvimento dos valores culturais legitimadores das modernas formas organizativas estatais de índole político-burocrática. Grande parte da população imersa no âmbito social rural tradicional é analfabeta devido à ausência de um sistema educativo estatal. O reduzido grau de socialização das pessoas nos valores e símbolos sobre os quais assenta o aparelho institucional do Estado, aliado à limitada penetração deste na sociedade e à ausência de um mercado integrado a nível estatal (este último costuma ser um dos indicadores e realizações mais importantes dos processos de consolidação dos Estados modernos), explica a relativamente escassa estatalização das sociedades camponesas tradicionais, em comparação com as sociedades modernas avançadas. Além disso, nas sociedades tradicionais verifica-se um reduzido grau de objectivação da cultura (Simmel, 1977, pp. 366 e 368), pelo que existem nelas condições mais adequadas para a emergência e consolidação de tipos de associação colectiva baseados na personalidade total, através

dos quais se manifesta o particularismo característico das sociedades não modernizadas. Estas formas de associação não participam do universalismo típico daquelas que assentam em fins socialmente determinados, cujas possibilidades de predomínio aumentam à medida que se modernizam as sociedades e se desenvolve uma cultura escrita mais propícia à criação do pensamento abstracto³, que constitui uma condição inerente para a consolidação dos modelos impessoais burocrático-políticos estatais de associação colectiva e da consequente racionalidade instrumental meios-fins que os mesmos sustentam.

O caso andaluz

A Andaluzia rural tradicional é uma das zonas nas quais se tem manifestado com mais força o anarquismo característico das mobilizações colectivas camponesas que se relaciona com o desconhecimento ou rejeição do Estado por parte do campesinato. Na realidade, com o termo «anarquismo rural andaluz» faço aqui referência a uma série de movimentos sociais ou formas de protesto camponês que, independentemente de terem sido ou não organizadas ou lideradas por organizações definidas como anarquistas, tendem a manifestar uma visão anarquizante da ordem social que se concretiza nesse apoliticismo ou antiestatalismo a que atrás me referi.

O estudo das circunstâncias e do processo sócio-histórico de desenvolvimento das tradicionais mobilizações camponesas andaluzas não constitui o objectivo central deste trabalho⁴. No entanto, para o leitor que não conhece em pormenor a realidade histórica espanhola, refiro a seguir de maneira sistemática as três modalidades de acção que podem ser observadas nas referidas mobilizações até à guerra civil de 1936-1939, bem como alguns dos casos mais importantes de confrontação social (Calero, 1976, pp. 12 e segs.):

- a) Numa primeira etapa, o mal-estar social foi canalizado através das vias legais, por meio de acções judiciais contra os novos terratenentes que tinham emergido em consequência do processo de desamortização, já que as suas propriedades eram consideradas ilegais. Tais acções deram

³ O contraste entre «universalismo» e «particularismo» aqui estabelecido coincide com o formulado por T. Parsons (1976, pp. 87 e segs.) e é uma consequência inerente à dicotomia assinalada por Simmel (1977, p. 366) entre associações baseadas na personalidade total e associações assentes em determinados fins. De acordo com a teoria parsoniana, pode afirmar-se que, quanto menos modernizadas forem as sociedades, mais limitam os seus objectivos e interesses a contextos restritos e, inclusive, estritamente pessoais («particularismo»). Em contrapartida, nas sociedades modernas verifica-se o alargamento do horizonte dos seus interesses e objectivos («universalismo»).

⁴ O leitor interessado pode encontrar um estudo comparativo mais pormenorizado do anarquismo e de outras formas de protesto camponês da Espanha tradicional, tais como o bandoleirismo e o carlismo, em Entrena (1997).

lugar aos chamados *pleitos de senhorios*, mediante os quais o vizindário exigia ao senhor a apresentação dos títulos de propriedade. Alguns destes pleitos prolongaram-se durante muitos anos. Contudo, a partir de 1820, os camponeses começaram a sofrer as consequências do facto de que a generalidade das suas reclamações judiciais terminavam com sentença favorável aos interesses dos terratenentes, já que, com bastante frequência, os senhorios objecto de litígio acabavam por ser considerados territoriais, passando a terra a ser propriedade privada dos detentores daquilo que tinham sido antes meros direitos senhoriais de jurisdição sobre determinado território;

- b) Malogradas as reclamações legais, ou como consequência da repressão ou em resultado dos seus reiterados fracassos no plano legal, tendeu a generalizar-se entre o campesinato a consciência de que não havia outra solução senão a violência, o que conduziu a que o protesto dos jornaleiros se decidisse a adoptar formas de *acção directa* mais ou menos violentas e à margem da institucionalidade estabelecida. Dentro da acção directa podem diferenciar-se dois tipos. Uma de carácter primitivo, que teve lugar sobretudo a partir de 1837 e se concretizou em roubos de frutos, lenha, gado ou dinheiro, bem como em incêndios de colheitas e pilhagens de todo o género, a coberto da confusão e desordem derivadas da guerra carlista. A segunda forma de acção directa costumava ser mais consciente e organizada, consistindo, basicamente, em *ocupações de terras* por parte do campesinato com o propósito de as repartir entre aqueles que as trabalhavam. Estas ocupações intensificavam-se como reacção imediata às situações em que uma desamortização era levada à prática, com origem nas crises de subsistência e de trabalho tão frequentes numa sociedade agrária tradicional como era a andaluz de então, ou quando as circunstâncias políticas eram favoráveis aos interesses do campesinato, o que, obviamente, aumentava as expectativas deste de obter resposta às suas reivindicações. O momento em que estes três elementos coincidiram marca o período de máxima intensidade do movimento de ocupação de terras. Esta confluência teve lugar durante o biénio progressista de 1854-1856, nas vésperas e primeiros dias da revolução de 1868 e durante a I República (de 11-2-1873 a 3-1-1874);
- c) Sublevações e acções mais ou menos radicais ou violentas. Uma delas foi a sublevação de 1857 na campina sevilhana, onde se levantou uma milícia encabeçada por Manuel García Caro e Gabriel Lavelle que incendiou o quartel da Guarda Civil de El Arahál, queimou os arquivos notariais, saqueou algumas casas e tentou proclamar a República ao grito de «Morrão os ricos». Incidentes semelhantes tiveram lugar nas localidades de Utrera, Paradas e Morón. A sublevação foi derrotada pelo exército e acabou com uma forte repressão: 150 condenações à morte.

Outra revolta armada foi a que se desenvolveu na zona limítrofe das províncias de Granada, Córdoba e Málaga, tendo como centro a povoação granadina de Loja. Os camponeses dessa zona tinham formado uma sociedade secreta que chegou a contar com 54 000 membros. As razões principais da constituição da referida sociedade eram a defesa contra o caciquismo de Narváez (natural de Loja) e dos seus testas-de-ferro e o combate aos efeitos da desamortização. No mês de Junho de 1861 cerca de 10 000 homens armados, liderados pelo veterinário Rafael Pérez del Álamo, sublevaram-se em Iznájar e apoderaram-se de Loja. Os seus manifestos objectivos eram derrubar a monarquia e realizar a partilha das terras. Após quatro dias, durante os quais tiveram sob o seu controle aquela localidade granadina, os sublevados acabaram por ser dispersados pelo exército. Neste caso, a repressão não foi tão dura como tinha sido em El Arahal: cerca de 100 condenações a prisão e seis condenações à morte. Pérez del Álamo, que conseguiu escapar, acabaria por beneficiar, no ano seguinte, do indulto geral concedido em vésperas da viagem da rainha Isabel II à Andaluzia. Na opinião de Juan Díaz del Moral, esta foi a primeira expressão de *socialismo indígena* que manifestava uma forma algo imprecisa de entender a palavra «socialismo», «sem sentido preciso, sem conteúdo determinado, uma espécie de vaga tendência de pobres contra ricos» (1979, p. 78), cuja aspiração básica se limitava à realização de uma nova desamortização que possibilitasse uma partilha individualizada da propriedade da terra entre a generalidade da povoação, em oposição à situação existente de virtual monopólio da propriedade por parte de uma minoria.

Mais à frente, a propósito da sua manifestação no anarquismo, analisarei com mais profundidade as características deste socialismo. Para já, aquilo que me interessa destacar destas mobilizações é a visão extremamente localista que os seus protagonistas possuíam dos problemas sócio-económicos que os afligiam, sem a noção de que a solução destes problemas requeria transformações de maior envergadura do que as pouco precisas aspirações da sua limitada ideia de socialismo (a luta contra os ricos ou a mera partilha individual da terra). Além disso, a mentalidade e as posições de tais protagonistas eram orientadas por uma concepção anarquizante da ordem social, tal como patenteado pelo seu desconhecimento das complexidades organizativas e burocráticas de escala estatal necessárias para levar a cabo essas transformações. Não deixam de parecer ingénuos, vistos da nossa perspectiva actual, os propósitos daqueles levantamentos locais, como o de Loja ou aquele que ocorreu na povoação cordovesa de Montilla em 1873 (Díaz del Moral, 1979, pp. 86 e segs.), que, com escasso e rudimentar armamento e sem um plano revolucionário organizado à escala estatal, cria ser possível propiciar uma mudança de governo para todo o país. De acordo com as argumentações do capítulo anterior, estes casos constituem manifestações

dessa *inclinação natural para a anarquia* típica dos levantamentos camponeses de oposição à ordem estabelecida, à qual contrapõem paradigmas utópicos de ordem alternativa elaborados difusamente a partir da elementar experiência organizativa e existencial que lhes proporciona a sua própria ordem quotidiana doméstica, na qual, porém, não encontram condições apropriadas para entender as complexidades burocrático-políticas do Estado no qual se encontram cada vez mais inseridos.

As mobilizações explicitamente anarquistas (ou seja, levadas a cabo por organizações de tal nome) não se produziram em Espanha antes de Novembro de 1868. Nesse mês chegou a Espanha, enviado por Bakunin, Giuseppe Fanelli, que deixou constituído um núcleo organizador da Secção Espanhola da Associação Internacional de Trabalhadores. Isto tornou possível a organização, nos anos posteriores, do movimento internacionalista em Espanha, cuja maior presença e força se concentrou na Catalunha e na Andaluzia. Aqui, após um congresso constituinte — «o primeiro congresso anarquista do mundo», nas palavras de Díaz del Moral (1979, p. 112) —, que teve lugar em Córdova em Dezembro de 1872, a ideologia anarquista começou a difundir-se consideravelmente entre a população trabalhadora. Posteriormente, depois de alguns anos de clandestinidade, a chegada ao poder do Partido Liberal Fusionista de Sagasta, o qual tinha prometido à esquerda liberdade para a propagação das suas doutrinas, tornou possível o regresso à legalidade dos internacionalistas anarquistas. Apesar de a repressão sofrida ter diminuído consideravelmente o número de militantes, os ideais anarquistas continuavam vivos entre os operários, como demonstrado pelo reaparecimento no congresso anarquista, que teve lugar em Sevilha em 1882, das antigas organizações dissolvidas espalhadas por todo o território espanhol. Foi neste congresso que começaram a manifestar-se certas diferenças e o distanciamento entre o anarquismo urbano e o anarquismo rural, este último sobretudo localizado na Andaluzia, dada a sua natureza basicamente agrária. No que se refere a esta região, a ideologia anarquista encontrava-se, em grande parte, especificamente identificada com um socialismo indígena camponês que, além das aspirações atrás referidas, propugnava a ideia da liberdade social como critério regulador das relações humanas numa nova ordenação moral do mundo, no qual cada um teria aquilo de que necessitava. É precisamente esta ideia de liberdade social tão enraizada no campesinato tradicional andaluz que explica a sua peculiar visão do socialismo, a qual, contrariamente à teoria do anarquismo colectivista que propugna um regime de propriedade colectivizada, tem como aspiração básica o acesso de todos os camponeses à propriedade individual da terra.

Mais tarde, a repressão ordenada em Janeiro de 1874 pelo então presidente do governo general Serrano contribuiu para a radicalização das posições do campesinato e para a ocorrência de novas acções de violência de considerável

envergadura, que se concretizaram no incêndio de colheitas e quintas e na destruição de olivais, vinhas e gado. A fome e o desemprego do ano seguinte deram lugar a novos incidentes em Jaén — os jornaleiros devastaram as plantações de oliveiras de algumas quintas e culparam os proprietários das condições de miséria em que se encontravam (Sevilla-Guzmán, 1979, pp. 76 e segs.).

Na década seguinte essas condições tinham-se agravado ao ponto de a fome se ter generalizado em toda a província andaluz, na qual milhares de jornaleiros se viam obrigados a uma inactividade forçada. Isto provocou um aumento dos actos de violência, que eram por vezes dirigidos contra determinados proprietários que suscitavam maior animosidade e consistiam frequentemente na ocupação de terras, no incêndio de colheitas ou na sabotagem das primeiras máquinas agrícolas⁵. Em 1883, em circunstâncias de especial agravamento das tensões entre terratenentes e jornaleiros, ocorreram alguns incidentes que tiveram grande repercussão no movimento camponês andaluz. Trata-se da difusão da notícia de uma série de crimes cometidos em Cádiz e Sevilha pela Mano Negra. Esta organização, com raízes no Sul de Espanha, foi acusada de pretender derrubar o governo espanhol e eliminar a aristocracia terratenente andaluz, recorrendo para tanto aos métodos mais extremistas e violentos. Os crimes que deram lugar à referida acusação foram cometidos em Jerez, Arcos e outros locais próximos. Como consequência, as prisões de Jerez e Cádiz encheram-se, em poucos dias, de camponeses acusados de fazerem parte dessa organização. Independentemente de a Mano Negra ter sido, de facto, uma organização camponesa ou apenas uma invenção da polícia com vista à erradicação das organizações camponesas — Bernaldo de Quirós (1968) e Gerald Brenan (1971) duvidam da sua existência —, o processo de que foi alvo, bem como a repressão que o governo levou a cabo a pretexto de tal associação, representaram um duro golpe para o movimento camponês organizado da Andaluzia.

Após os sucessos da Mano Negra, o campo andaluz entrou num período de relativa tranquilidade, já que não se experimentaram incidentes de importância até aos primeiros anos do século xx, altura em que se iniciou uma série de greves agrárias que se estendeu de 1903 até 1917. Depois, após a «calma social» propiciada pela ditadura do general Primo de Rivera (1923-1930), a proclamação da II República (1931-1936), dadas as expectativas de melhoria das condições de vida que suscitou entre os camponeses e, sobretudo, a persistência das mesmas motivações de base, deu lugar a uma nova intensificação das mobilizações camponesas.

⁵ Ora bem, há que ter em conta que as actuações violentas, que frequentemente eram represálias, não eram de modo algum exclusivas dos anarquistas. Um exemplo no qual a influência dos anarquistas parece ter sido nula é o caso das acções dos lavradores valencianos nessa mesma época (a década de 80 do século xix), em forte confronto com as autoridades e os proprietários (Sirvent, 1990, pp. 381 e 440 e segs.).

Concretamente, em consequência das greves de 1903, diversas aldeias da alta campina andaluza permaneceram paralisadas durante esse ano. Sem prévio aviso e sem formularem qualquer petição, os camponeses deixaram de trabalhar as terras, de atender às quintas e herdades e de cuidar do gado, dedicando-se a esperar a «nova ordem» que, sem violência, haveria de chegar. Díaz del Moral (1979), referindo-se a estas greves, e Hobsbawm (1974), nas suas considerações sobre os sucessos de Casas Viejas (pequena aldeia gaditana onde teve lugar, em 1933, um levantamento camponês que, em nome do comunismo libertário, repartiu as terras do lugar), viram, respectivamente em ambos os casos, exemplos das, em sua opinião habituais, atitudes milenaristas e proféticas presentes no anarquismo rural andaluz, cujos protestos, mobilizações e rebeliões, segundo os autores, eram orientados pela ideia de que o advento da nova ordem era algo iminente. Esta convicção dava lugar a que os conflitos sociais anarquistas manifestassem um elevado nível de fervor colectivo e de utopismo que se sustentava, em grande medida, em mitificações do agro e da sua suposta forma de vida pura, natural e comunitária, um ideal que era contraposto pelo anarquismo aos modelos corruptos de organização burocrático-política do meio urbano-industrial. O utopismo e a grande confiança dos anarquistas na possibilidade do socialismo baseava-se, segundo Díaz del Moral, na ideia de que existiam na terra riquezas infinitas, riquezas essas que assegurariam a felicidade de todos caso não estivessem monopolizadas; acreditavam que bastava erradicar toda a forma de autoridade e repartir a propriedade para pôr fim a todas as formas de desigualdade e de injustiça, de modo que sobreviesse uma situação em que seria possível organizar a produção mediante o livre acordo dos indivíduos e dos grupos, que se juntariam de acordo com as suas afinidades naturais. Estava muito generalizada entre os anarquistas a ideia de que a partilha da terra não apresentaria nenhum tipo de problemas, já que, na sua opinião, haveria terra em quantidade suficiente para todos logo que fosse liberta dos monopólios (Díaz del Moral, 1979, pp. 198 e segs.).

Definitivamente, como já afirmei páginas atrás ao comentar a abordagem de Hobsbawm, julgo que este autor, tal como de certo modo acontece com Díaz del Moral (ainda que no caso do segundo seja mais desculpável, tendo em conta a época em que escreveu a sua obra), tende a desvalorizar as capacidades e atitudes organizativas do campesinato, que não poderão ser meramente classificadas como manifestações da irracionalidade e milenarismo dos anarquistas camponeses. Coincido nesta análise com Jerome Mintz (1994), o qual também não partilha a interpretação milenarista que Hobsbawm faz dos trágicos sucessos de Casas Viejas⁶. No meu entender, mesmo nos inúmeros casos em que

⁶ A leitura do livro de Jerome Mintz (1994), que passou três anos em Casas Viejas em contacto com sobreviventes dos trágicos acontecimentos de 1933 numa época em que Franco estava ainda vivo, leva-nos a constatar que a interpretação milenarista que Hobsbawm realiza

se produziram realmente manifestações colectivas e individuais de milenarismo, parece evidente, como reconhece o próprio Díaz del Moral, que os líderes e os jornaleros mais conscientes revelavam uma percepção mais complexa daquilo que significava a luta pelo advento do socialismo do que os simples militantes de base; contudo — prossegue Díaz del Moral —, como não podiam oferecer alternativas convincentes e definidas às *claras* ideias das multidões que os seguiam, não pareciam esforçar-se muito para corrigir crenças tão profundamente enraizadas entre a maioria da população. Se assim o fizessem, interroga-se Díaz del Moral, «teriam conseguido arrastar as multidões unânimes contrariando as suas ilusões?» (1979, p. 199).

Por outro lado, Barragán, González e Sevilla sustentam que existe uma certa ambiguidade no conceito de socialismo utilizado por Juan Díaz del Moral para se referir ao ideal desejado pelos anarquistas. Consideram estes autores que, mais do que pela sua natureza socialista, o anarquismo camponês andaluz se caracteriza pelos traços similares aos do movimento do narodnismo ou populismo russo do século XIX. Tais traços supõem uma acção social ou colectiva do campesinato centrada em:

- a) O combate contra a mercantilização dos seus intercâmbios, tanto com a natureza como com a sociedade, a que os obriga o processo de privatização que sustenta o avanço do capitalismo;
- b) O cepticismo perante as formas de participação política que acompanham a democracia formal;
- c) A presença no seu colectivo de valores éticos e igualitários aos quais se atribui uma dimensão de lei natural;
- d) A propriedade colectiva com posse individual dos recursos naturais;
- e) A auto-regulação política local» (1985, p. 6).

Socialismo indígena ou populismo? Não creio que seja esta a ocasião para resolver a questão. Em qualquer caso, aquilo que parece fora de dúvidas é que uma considerável parte dos camponeses anarquistas andaluzes não tinha uma

em relação a esses acontecimentos se baseia numa distorcida interpretação do levantamento da organização anarquista Confederação Nacional do Trabalho (CNT). Assim, Mintz descobriu que, contra o que vulgarmente se aceita, Francisco Cruz Gutiérrez, conhecido como o *Seis Dedos*, não participou de todo na revolta. Cruz Gutiérrez acabou simplesmente por ser morto juntamente com outros membros da sua família, os quais, esses sim, participaram na revolta, quando a sua casa, na qual estes se refugiaram, foi assaltada pelas forças da ordem. Depois, sabedores da sua morte, os sobreviventes detidos decidiram culpá-lo, atribuindo-lhe a liderança do levantamento. Deste modo, o mito do *Seis Dedos* entrou na história como mais um exemplo das milenaristas, violentas e desesperadas revoltas anarquistas andaluzas, quando, na verdade, parece estar historicamente demonstrado que o fatal desenlace deste incidente se deveu, em grande parte, à torpe e brutal repressão da guarda civil.

ideia muito definida dos complexos problemas de organização e de distribuição que, à escala estatal, implicava a instauração da *nova sociedade* por eles desejada. O seu desconhecimento ou rejeição do Estado predispunha-os a procurarem as transformações conducentes a essa sociedade ideal mediante estratégias organizativas não facilmente explicadas pela racionalidade instrumental meios-fins inerente às modernas pautas estatais de organização político-burocrática. Sejam as aspirações anarquistas a expressão de uma vaga consciência socialista ou a prova da existência de um populismo, tal como foi definido antes, o certo é que, em ambos os casos, as referidas aspirações manifestam atitudes colectivas localistas e de desconhecimento ou rejeição do Estado (antiestatalismo) de que temos vindo a falar desde o início deste trabalho. Atitudes essas que, no caso das mobilizações camponesas andaluzas, flutuaram entre as posições que reivindicavam apenas melhorias concretas (salariais, das condições de trabalho, etc.) e aquelas que reclamavam a completa e revolucionária transformação do sistema social, entre as opções reformistas e as radicais, entre as posições partidárias do protesto pacífico e as que propugnavam métodos violentos de acção para a realização desses objectivos. Sem dúvida, estas flutuações estiveram estreitamente relacionadas com as etapas de tolerância ou legalização e de repressão das organizações sociais de trabalhadores que se sucederam ao longo do século XIX e até à guerra civil, fosse porque a brutal repressão exercida gerava a consciência de que não havia outra saída além da radicalização e da violência, fosse porque as condições legais existentes propiciavam a disseminação entre a população jornaleira de expectativas crescentes acerca das possibilidades de mudar a sua situação, o que fomentava uma intensificação das acções de reivindicação, de protesto e de reforma; veja-se, por exemplo, o notável impulso que a reforma agrária experimentou por ocasião da vitória da Frente Popular nas eleições de 1936.

Em geral, o considerável enraizamento do anarquismo na Andaluzia pode ser entendido com base em motivações análogas àquelas que, no primeiro subcapítulo, assinali como causadoras do habitual desconhecimento ou rejeição do Estado por parte do campesinato tradicional. Contudo, existem também causas específicas que explicam esse mesmo enraizamento. Quanto a isto, e seguindo José Álvarez Junco (1976, pp. 588-599), as razões da grande implantação do anarquismo no âmbito rural tradicional desta região podem ser encontradas nas peculiares características sócio-económicas, religiosas e político-institucionais da Espanha oitocentista. Assim, no que se refere à primeira destas características, existia um irregular desenvolvimento sócio-económico do país que implicava a coexistência de tipologias organizativas e posições capitalistas avançadas com vestígios quase feudais, artesanais e agrícolas, predominando os segundos sobre as primeiras. Em segundo lugar, fosse já devido à habitual posição da Igreja em favor dos interesses dos terratenentes, fosse já uma consequência do acelerado e repentino processo de secularização no qual tinha lugar a progressiva implanta-

ção do anarquismo, o facto é que existia então uma crescente rejeição dos modelos simbólico-culturais do catolicismo por parte dos jornalistas. Nesta situação, os anarquistas substituíam as crenças religiosas por uma visão profética do futuro e uma moral estritamente laica que fazia com que, no geral, a sua vida e comportamentos fossem de uma simplicidade, autenticidade moral e transparência absolutas, sendo ao mesmo tempo regidos por uma devoção aos seus ideais que era tão forte ou mais do que a de carácter religioso. Esta moral era o cimento da sua solidariedade (no sentido durkheimiano do termo) enquanto grupo social, cuja oposição e conflito com o sistema estabelecido servia como factor aglutinante da sua identidade colectiva, coesão social e firmeza de acção e de princípios⁷. Os modelos simbólico-culturais que legitimavam os ideais anarquistas desempenharam para muitos assalariados agrícolas um papel equiparável ao que outrora tinha sido cumprido pela Igreja nos casos em que diversos dos seus representantes se tinham comprometido com a defesa de pressupostos ético-sociais, como a igualdade humana intrínseca, as modalidades comunitárias de organização e a solidariedade para com os mais necessitados da escala social⁸.

Por último, no plano político-institucional, é evidente a desilusão do campesinato perante a conduta habitual da administração espanhola oitocentista, ineficaz para responder às preocupações diárias mais imediatas e prementes da população e, ao mesmo tempo, abalada por comportamentos corruptos e imersa numa constante incerteza face aos repetidos golpes de Estado e às diversas revoltas militares. Compreende-se, assim, o apoliticismo (quando não o antipoliticismo) característico do anarquismo hispano desta época. Além disso, o exacerbado antipoliticismo dos camponeses anarquistas do século XIX e princípios do século XX pode ser concebido como a manifestação de uma rejeição visceral de tudo aquilo que é simbolizado pelo Estado modernizador, que é, ao fim e ao cabo, o autor dessa série de disposições sócio-políticas e legais (entre as quais se destaca o processo de desamortização) destinadas a desarticular e a desmantelar o *antigo regime*. Disposições que, como é sabido, se traduziram em profundas perturbações da ordem social do campesinato tradicional e num notável agravamento das suas condições de vida.

⁷ Observa-se aqui um claro exemplo das funções integradoras que, segundo Coser (1961), o conflito social pode apresentar.

⁸ Como exemplo deste tipo de comportamento da Igreja pode citar-se o caso paradigmático da actuação do padre Frei Bartolomé de Las Casas em defesa dos índios americanos. Por outro lado, uma prova da estreita conexão existente entre os ideais comunitários do cristianismo e os do anarquismo é a publicação do folheto *O Evangelho do Operário*. Escrito na prisão de Sevilha em 18 de Março de 1872, o folheto foi publicado pela Imprensa Conde de Benomar dessa mesma cidade em 1889. No texto, o autor faz uma leitura do evangelho de Jesus Cristo a partir de uma perspectiva anarquista.

Nesta situação, o anarquismo exerceu uma grande influência na Andaluzia porque soube entender muito bem os valores, as simbologias e as preocupações próprias do seu campesinato, cujas reivindicações ancestrais assumiu e ao qual conseguiu falar numa linguagem em conformidade com os paradigmas inerentes à sua situação sócio-económica, institucional e cultural. Deste modo, a especial força e intensidade do anarquismo na região explica-se porque a base sócio-económica da sociedade rural andaluza, pela sua natureza própria e específica, apresentava condições muito adequadas ao surgimento e desenvolvimento dessa modalidade de organização e mobilização colectiva. Tais condições manifestavam-se, sobretudo, na coexistência entre um número muito reduzido de grandes proprietários e uma grande proporção de trabalhadores sem terra, cuja proximidade (tradicionalmente, os proprietários e os trabalhadores conviviam) tornava mais agudos os sentimentos de privação relativa dos segundos e contribuía para incrementar o mal-estar. Se a isto aliarmos a ausência de vias institucionalizadas através das quais os jornaleiros pudessem expressar as suas aspirações e exigências, tornar-se-á mais compreensível o elevado grau de conflitividade que secularmente caracterizou o agro andaluz.

Os líderes sindicais anarquistas aproveitaram o facto da existência de grandes concentrações de trabalhadores nas quintas para levarem a cabo tarefas de constituição e organização de mobilizações de protesto. Isto era estimulado, sem dúvida, pelos fortes sentimentos de solidariedade propiciados pelo facto de a população jornaleira trabalhar em grupos nos grandes latifúndios. E tudo isto, por sua vez, se repercutia na consolidação dos sentimentos e desejos comunitários determinantes da acção e mobilização colectivas características do anarquismo. Estes sentimentos tendiam a enraizar-se com mais força, e inclusivamente a exacerbar-se, perante o acosso e a desestruturacão/desarticulação a que se via submetida a sociedade tradicional camponesa por efeito de uma modernização que, no que se refere ao agro, favorecia sobretudo os interesses dos grandes terratenentes. Estes experimentaram uma espécie de gradual *aburguesamento* que se manifestou, entre outros aspectos, no facto de a terra ter passado de antiga tenência patrimonial a propriedade privada no sentido liberal capitalista do termo (Entrena, 1998, pp. 87 e segs.).

O desconhecimento ou a não tomada em consideração das funções do Estado na articulação sócio-económica, político-institucional e simbólico-cultural da ordem social por parte dos camponeses anarquistas sustentava-se no pressuposto, fortemente enraizado entre eles, de que a auto-regulação social era possível. Tal pressuposto estava de acordo com a ideologia libertária anarquista, «que concebia um mundo futuro no qual a aldeia ou a cidade se autogovernavam, constituindo uma unidade soberana, uma sociedade da qual se eliminavam as forças exteriores à localidade, como os reis e as aristocracias, a polícia, os cobradores de impostos e demais agentes do Estado supralocal» (Hobsbawm, 1974, p. 128).

Esta é outra das razões do apoliticismo, quando não antipoliticismo e resistência frontal ao Estado, do anarquismo, que constituiu a principal causa do praticamente nulo protagonismo do campesinato andaluz, e em geral do espanhol, nos posteriores processos sócio-históricos que conduziram à modernização e à consequente instauração de um Estado centralista moderno. Se a isto aliarmos a resistência da generalidade da sociedade espanhola às tentativas de consolidação desse Estado, compreenderemos por que razão o processo de modernização, o qual, como veremos mais à frente, se produziu em Espanha durante a ditadura franquista, pode ser conceptualizado como um caso típico daqueles que Barrington Moore (1976) denominava processos de modernização efectuados autoritariamente a partir de cima⁹. E isto especialmente devido à fragmentação de tendências, às resistências à mudança e à consequente incapacidade dessa sociedade para articular por si mesma projectos modernizadores.

A DESIGUAL DISTRIBUIÇÃO DA TERRA COMO PRINCIPAL FONTE DE CONFLITO SOCIAL

Em geral, os conflitos ocorridos ao longo da história da Andaluzia estão muito relacionados com a profundamente desigual distribuição da terra que secularmente existiu na região. A propriedade da terra, como em qualquer outra das sociedades agrárias tradicionais, revestia-se na Andaluzia de uma importância crucial, já que constituía um recurso económico-produtivo e simbólico primordial para determinar os critérios em relação aos quais se configurava a estratificação social. Estes critérios podem esquematizar-se do seguinte modo: (1) a quantidade e qualidade das terras que se possuíam eram um indicador social fundamental para determinar a posição económica e o estatuto sócio-político dos seus proprietários; (2) os bens e a ascendência dos proprietários constituíam factores básicos para determinar o prestígio que possuíam a nível local e o poder que exerciam, ou podiam exercer, fora desse âmbito, especialmente na política de escala nacional; (3) a circunstância de possuir terra ou de ser filho de um proprietário era decisiva para ter praticamente garantida a possibilidade de aceder às posições básicas de controle e decisão política (Sánchez Jiménez, 1985, p. 17).

A elevada conflitividade jornalreira andaluza, experimentada durante o século XIX e o primeiro terço do século XX, está muito relacionada com o facto de que, ao longo desse período, um amplíssimo sector do campesinato não vira a possibilidade de satisfazer por meio das vias institucionalizadas a

⁹ Embora Moore não analise o caso espanhol, parte dos critérios analíticos aplicados pelo autor ao estudo dos processos japonês e alemão poderia, contudo, ser extrapolada para o exame do referido caso.

sua secular «fome de terras». Contudo, para entendermos a especial intensificação da conflitividade que, de forma intermitente, marcou a referida época teremos ainda de tomar em consideração que existiram outros factores que contribuíram para manter, quando não para agudizar, as tradicionais desigualdades regionais ao nível da distribuição da propriedade da terra. Entre tais factores não podemos deixar de considerar os seguintes:

- a) *A paulatina introdução das relações laborais e de produção capitalistas no agro.* Em grande parte, esta introdução foi favorecida pelo processo de desamortização, já que este implicou a desvinculação, colocação no mercado e circulação comercial das terras que tinham sido património da Igreja, da nobreza e dos municípios (sobretudo os terrenos comunais), bem como a ruptura dos vínculos de coerção jurídica que impediam a livre circulação da força de trabalho agrícola, que passou a ser concebida como uma mercadoria, permitindo deste modo a penetração no agro das relações laborais e de produção capitalistas. Como é sabido, os verdadeiros beneficiários da desamortização foram aqueles que contavam com suficientes recursos económicos para aproveitarem a oportunidade de fazerem um bom negócio, comprando a baixo preço as terras postas à venda pelo governo. Longe de experimentar a melhoria da sua situação, desejada ou vaticinada pelos reformistas ilustrados, a maior parte do campesinato não só não viu melhorado o seu estatuto sócio-económico, como assistiu também ao agravamento das suas condições de vida. De facto, a desamortização não só frustrou as aspirações daqueles que esperavam uma partilha de terras entre os jornaleiros, como levou a que muitos dos seus cultivadores directos se vissem expulsos e impossibilitados de lavrar as parcelas que durante muitas gerações de antepassados tinham constituído a base do seu sustento e trabalho familiar e que, portanto, consideravam como suas. Assim, paradoxalmente, a suposta liberação que resultaria da desvinculação dos laços senhoriais do *antigo regime* traduziu-se, para estes cultivadores, em miséria e em dependência relativamente àqueles que podiam contratá-los como jornaleiros. Definitivamente, as mudanças sócio-económicas derivadas da desamortização contribuíram para criar as condições propícias ao desenvolvimento de um incipiente capitalismo no agro andaluz, cujo efeito mais decisivo foi um processo de expropriação camponesa, de crescente divisão do trabalho e de desenvolvimento de uma produção cada vez mais orientada para o mercado interno e, sobretudo, externo, como veremos a seguir (Garrabou, 1985, p. 478). Tudo isto provocou a agudização das tradicionais desigualdades do meio agrário andaluz, contribuindo para o estabelecimento das grandes propriedades de tipo latifundista, que experimenta-

ram uma tendência para uma crescente concentração. Contudo, os efeitos da desamortização não foram iguais em todo o território regional; de facto, enquanto na parte ocidental se consolidou um sistema latifundista sem modernização ou de modernização limitada, na zona oriental estabeleceu-se um sistema de pequena propriedade dependente da grande propriedade, cujos proprietários tinham um carácter semiproletário (Barragán, González e Sevilla, 1985, p. 23).

- b) *O aumento do grau de inserção da economia agrária regional no mercado internacional de produtos agrários e o incremento da procura de terras.* Nas sociedades tradicionais rurais do mundo subdesenvolvido tanto a natureza dos conflitos entre as classes altas e baixas como as oportunidades e possibilidades políticas de tais classes costumam ser determinadas pela evolução do mercado internacional de exportação dos produtos agrários e pela função-chave que, na sua economia basicamente agrária, a terra desempenha (Paige, 1978). No caso específico de uma sociedade subdesenvolvida, como a andaluza, a intensificação dos conflitos rurais no século XIX teve efectivamente lugar no contexto de uma crescente internacionalização do comércio dos produtos agrários. Um dos factores que mais o influenciaram foi o desaparecimento das relações com as colónias americanas, a maioria das quais tinham acedido à independência durante a primeira metade do referido século. Este facto originou uma mudança substancial tanto na posição da Espanha como na da Andaluzia no contexto da divisão internacional do trabalho e da estrutura do mercado mundial. A partir de então, a atenção começou a dirigir-se para a Europa, o que se traduziu num estreitamento dos intercâmbios comerciais com os países europeus que se encontravam em expansão e crescimento económico devido aos seus processos de industrialização. O aumento da produção agrária andaluza viu-se favorecido pela crescente procura proveniente desses países. As exportações aumentaram, os preços subiram. Como consequência, verificou-se uma notável ampliação das superfícies cultivadas, com o consequente incremento da procura de terras. Esta expansão agrária, que se produziu sobretudo durante a primeira metade do século XIX, teve como principais beneficiários os cereais, a azeitona e a vide e afectou muito negativamente a criação de gado, já que muitas das novas terras cultivadas tinham sido prados, pastos ou canhadas.

Contudo, todo este processo de expansão e crescimento económicos começou a dar sinais de crise na década de 1870. Os preços agrícolas desciam, tornava-se cada vez mais difícil vender os produtos a um preço que compensasse os custos de produção, os benefícios diminuía de forma alarmante, a terra perdia valor e começou a estender-se a todo o mundo rural andaluz um profundo mal-estar. Por um lado, a crise devia-se ao facto de se ter atingido a máxima expansão possível com a tecnologia existente. Tinha-se alcançado o limiar dos rendimen-

tos decrescentes (Tortella, 1991, p. 83). Por outro lado, a extensão cada vez maior do mercado mundial de produtos agrícolas fez surgir novos países exportadores que, de qualquer ponto do planeta, e graças aos progressos dos transportes, ofereciam produtos a preços médios inferiores aos andaluzes, o que lhes conferia grandes vantagens na luta pela conquista do mercado europeu. O equilíbrio continental da primeira metade do século rompera-se. As vantagens iniciais que os produtos andaluzes tinham tido no mercado nacional e de exportação começaram a desaparecer. Por exemplo, em consequência do aumento da oferta mundial procedente sobretudo dos países americanos, o preço do trigo importado era mais baixo do que o do produzido em Espanha. Faziam-se as necessárias reformas estruturais na agricultura andaluza e espanhola como forma de adaptação à nova situação.

- c) *Os resultados favoráveis aos interesses dos grandes latifundiários das políticas agrárias aplicadas pelo Estado.* A falta de competitividade do trigo espanhol ocasionou então uma forte polémica acerca do futuro desenvolvimento da agricultura do país. Em geral, os agricultores consideravam ser necessário proteger este cereal da concorrência externa mediante disposições alfandegárias. A estas posições proteccionistas opunham-se os regeneracionistas, para os quais a problemática da baixa produtividade e competitividade agrárias tinha de ser resolvida por meio da formação profissional dos agricultores, de modo que estes pudessem melhorar os métodos e técnicas de cultivo das suas explorações. No final acabaram por se impor as posições proteccionistas, de acordo com as quais foi promulgada a lei alfandegária de 1906. A política agrária a que esta lei dava lugar estava em concordância com os interesses dos pequenos e médios agricultores predominantes na metade norte da península, mas também beneficiaram dela as oligarquias terratenentes agrárias andaluzas. Esta circunstância, tendo em conta que o proteccionismo fomentou o encarecimento dos produtos agrários alimentícios básicos, obstruiu o desenvolvimento do capitalismo na Andaluzia, favorecendo os interesses e o nível de rendas dos grandes proprietários em detrimento do numeroso proletariado rural, que permaneceu dependente da contratação sazonal e da selecção dos latifundiários e assistiu à descida dos seus salários; em suma, as condições de vida dos jornaleiros, já de si penosas, pioraram sensivelmente numa situação de claro desequilíbrio, em sua desvantagem, da relação oferta de mão de obra/procura de trabalho, dado o baixíssimo grau de industrialização da região e a consequente falta de oportunidades para encontrar emprego fora do sector agrário. Em tais circunstâncias, o mercado de trabalho agrário podia dispor de uma mão de obra abundante e barata que tornava desnecessária qualquer alternativa de mecanização.

Tal como não se puseram em prática políticas agrárias capazes de modificar as bases estruturais que sustentavam o problema das desigualdades e assimetrias no agro, também não se conseguiram êxitos significativos através das políticas sociais adoptadas como forma de solucionar o problema. Neste sentido, a ideia de que a desigualdade sócio-económica da sociedade rural do Sul representava uma fonte de conflito social de consequências imprevisíveis e de que, portanto, era necessário um esforço para encontrar alguma forma de resolver o problema começou a enraizar-se paulatinamente na consciência dos governantes. É deste modo que se compreende a criação do Instituto de Reformas Sociais, em 1903, que convocou nesse mesmo ano um concurso, sob o patrocínio do rei, com vista à resolução do *problema agrário do Sul*. Contudo, por razões diversas, os diferentes projectos e leis concebidos para resolver a questão social andaluza não prosperaram.

Posteriormente, a II República (1931-1936), que de início alimentou grandes esperanças entre os camponeses, também não conseguiria resolver o problema das desigualdades da distribuição da propriedade agrária. Entre as razões deste fracasso, Martínez Alier sublinha que os políticos da República não «se lançaram a este empenho com o entusiasmo de que teriam feito gala se os latifúndios fossem ainda, no século xx, propriedade da Igreja e dos aristocratas» (1978, p. 230). Contribuíram igualmente para este fracasso a lentidão na aplicação das medidas da reforma agrária, a irritação dos camponeses que, em consequência disso, se produziu e a paralisação a que se viu obrigada a reforma durante os dois anos de governo republicano conservador (desde finais de 1933 até inícios de 1936). Tudo isso se repercutiu na radicalização das posições políticas e na generalização de uma cultura de violência entre os diferentes partidos e demais organizações colectivas que daria lugar a fortes, por vezes sangrentos, conflitos sociais (os já referidos acontecimentos de Casas Viejas, por exemplo) e acabaria por desestabilizar o regime republicano, que de início tantas esperanças tinha despertado entre os trabalhadores (Pérez Yruela, 1985, p. 17).

O FRANQUISMO: DA «IDEOLOGIA DA SOBERANIA POLÍTICA DO CAMPESINATO» À MODERNIZAÇÃO

No que se refere ao mundo rural, o regime franquista impôs-se nos seus começos como uma opção formalmente dirigida a favorecer a cultura e o modo de vida agrários tradicionais em detrimento da modernização. Isto não significa que o modelo de Estado franquista fosse favorável aos interesses de todo o campesinato, pois, de facto, trouxe consigo um reforço brutal da posição

hegemónica das classes terratenentes mais reaccionárias do *antigo regime*. O poder destas classes tinha persistido praticamente intacto nas suas novas manifestações oligárquico-caciquistas durante a restauração monárquica (1875-1917) e a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930) e quase não foi afectado durante o breve parêntesis republicano.

Os discursos programáticos e ideológicos iniciais do regime franquista defendiam um ideal do rural como âmbito de uma harmonia e integração social corporativa capaz de superar as divisões entre as classes. Neste sentido, a actuação do regime, analogamente ao que ocorreu na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini ou no Portugal de Salazar, era legitimada por uma doutrina política que propugnava a organização da sociedade em estruturas corporativas de natureza profissional. Este corporativismo, estatalmente controlado ou regulado, era apresentado como uma alternativa para superar e evitar os conflitos, os desequilíbrios e a desintegração social que, na opinião de tais regimes, eram provocados pela acção sócio-política dos partidos e sindicatos enquanto instrumentos da luta de classes. Indubitavelmente, as profundas crises e a instabilidade em que se encontravam os países acima referidos contribuíram para que neles se estabelecessem e consolidassem esses regimes autoritários.

Em consonância com esta retórica legitimadora, a política agrária franquista baseou-se, sobretudo na sua primeira etapa, naquilo que Sevilla-Guzmán qualificou de *ideologia da soberania política do campesinato*. Esta foi concebida por agrónomos, juristas, clérigos e alguns economistas (entre os quais deve destacar-se Severino Aznar) que não possuíam formação sociológica específica e cujas principais referências eram o catolicismo social e os pressupostos doutrinários falangistas. A ideologia da soberania política do campesinato sustentava-se em esquemas teóricos da realidade que tinham como elemento-chave a mitificação da população rural e a idealização bucólica da agricultura, concebida mais como um modo de vida superior do que como uma actividade económica (Sevilla-Guzmán, 1979, p. 141). Através desta ideologia manifestava-se uma aspiração a conservar ou criar um modelo harmónico e integrado do mundo rural à margem de qualquer conflito social, que estava em conformidade com os pressupostos corporativistas e de negação dos antagonismos sociais típicos do franquismo¹⁰.

Não obstante as suas iniciais posições tradicionalistas e agraristas, o regime franquista, especialmente a partir das décadas de 50 e 60, foi pondo gradual-

¹⁰ Ao adoptar esta visão integradora e harmónica da sociedade, a ditadura de Franco agia de acordo com os esquemas e pressupostos de funcionamento do social inerentes ao fascismo. Contudo, convém precisar que, apesar do seu carácter autoritário e das suas semelhanças com os regimes fascistas, a natureza sócio-política do franquismo foi globalmente diferente da daqueles. Claramente fascista foi, sim, a Falange Española, encabeçada por José Antonio Primo de Rivera.

mente de lado a ideologia da soberania política do campesinato, à medida que se dava início a um processo de modernização geral da sociedade espanhola que se traduziu numa crescente industrialização da mesma, bem como numa mecanização e modernização do seu sector agrário. Durante um período de transição, os discursos legitimadores da política agrária franquista oscilaram entre as posições ideológicas favoráveis à preservação da antiga situação e aquelas que defendiam a opção pelos novos modelos modernizadores. Ainda que o objectivo central deste trabalho não seja o de analisar a fundo esta mudança¹¹, creio que não posso deixar de referir aqui a decisiva função que nela desempenhou a «lei de colonização e interesse local», nomeadamente no que respeita à criação das condições que possibilitaram a modernização tecnológica mediante o apoio financeiro aos investimentos empreendidos para esse fim (Castelló, 1970). Assim, quanto às razões e circunstâncias da nova orientação ideológica que, a partir de então, se imprimiu à política agrária espanhola, julgo que merecem destaque as duas seguintes:

- a) Após o período de autarquia que sucedeu à guerra civil, produziu-se uma crescente abertura ao exterior da economia do país em consequência do desbloqueio internacional. Como é sabido, este foi em grande medida facilitado pelo estabelecimento de bases militares norte-americanas em Espanha e porque, em plena *guerra fria*, o regime de Franco, anteriormente considerado próximo dos totalitarismos nazi ou fascista, passou a ser visto como um potencial aliado do Ocidente na sua oposição ao comunismo. Ademais, há que tomar em consideração que, paralelamente, tinha lugar uma progressiva substituição na elite dirigente franquista dos grupos e/ou ideologias falangistas tradicionalistas por uma mentalidade progressista e tecnocrática que era representada, sobretudo, pelos membros do *Opus Dei*, os quais, a partir de então, passaram a fazer parte do governo como destacados artífices do processo de industrialização e modernização então iniciado.
- b) A importância decisiva da criação, em 1955, do Servicio de Extensión Agraria (SEA) no novo rumo da política agrária. Esta começou a partir de então a reger-se cada vez mais por critérios e objectivos mais técnico-económicos do que sociais, procurando uma maior profissionalização e eficácia económica da actividade agrícola. Com vista a alcançar tais propósitos, procedeu-se, paralelamente à criação do SEA, à reorganização do ensino e investigação agrários, criando-se o Instituto Nacional Agronómico, dependente dos Ministérios da Agricultura e da Educação,

¹¹ O leitor interessado pode encontrar análises mais pormenorizadas da política agrária franquista e da evolução das ideologias legitimadoras da mesma em Gómez Benito (1995, pp. 191 e segs.) e em Sevilla-Guzmán (1979, pp. 182 e segs.).

com o objectivo de empreender a modificação dos planos de estudos da Escola Especial de Engenheiros Agrónomos e da de Peritos Agrícolas, bem como com a finalidade de aproximar os técnicos das características das diversas agriculturas espanholas e das necessidades dos agricultores (Gómez Benito, 1995, p. 204; Sevilla-Guzmán, 1979, pp. 182 e segs.).

A modernização e mecanização da agricultura implicou o transvase de uma grande proporção de mão-de-obra deste sector para os sectores da indústria e dos serviços. Uma vez que a industrialização espanhola daquela época se concentrou fundamentalmente na Catalunha e no País Basco, seria principalmente para estas regiões, com grande carência de mão-de-obra, que se dirigiria a emigração resultante do forte êxodo rural que então se produziu na Andaluzia em consequência da crescente modernização e mecanização da agricultura, um processo que não foi acompanhado por um equivalente aumento do emprego nos outros sectores, como o industrial ou o dos serviços. Outra considerável parte dessa emigração dirigiu-se para países estrangeiros, como a França ou a Alemanha, que se encontravam numa fase de reconstrução e crescimento sem precedentes depois da devastação sofrida na segunda guerra mundial.

MUDANÇAS SOCIAIS E PERSISTÊNCIA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Desde os anos 50 e 60 do século xx, a Andaluzia entrou num processo de mudança e desenvolvimento sócio-económico. Entre as razões que o provocaram, cabe mencionar a modernização da agricultura e a industrialização então iniciadas na generalidade do Estado espanhol, a chegada maciça do turismo internacional à região ou a emigração de uma considerável proporção da sua população para outras regiões da Espanha ou para os países europeus (Acebes e Douglas, 1978). Como consequência da emigração, a Andaluzia, à medida que entrava em contacto com outras mentalidades e estilos de vida, experimentou importantes transformações na sua estrutura social, que se traduziram não apenas na melhoria da situação dos imigrantes, como também daqueles que permaneceram na região, já que assistiram ao aumento dos seus salários devido à diminuição da oferta de mão-de-obra. Paralelamente, ocorriam mudanças na distribuição demográfica (um número considerável de pessoas deixou de residir no meio rural e passou a viver nas cidades) e ocupacional da população, de tal forma que o emprego no sector agrário começou a experimentar uma significativa descida, ao mesmo tempo que aumentava nos sectores secundário e, sobretudo, terciário¹².

¹² Não é objectivo central deste artigo entrar a fundo no estudo dos processos migratórios e demográficos que se verificaram em Espanha e, por conseguinte, na Andaluzia durante esse

Contudo, apesar do processo de considerável crescimento económico, modernização e mudança social verificado na Andaluzia e que se intensificou sobretudo devido ao seu acesso à autonomia após a restauração da democracia em Espanha¹³, como já referi noutro trabalho (Entrena e Gómez Mateos, 2000), persiste ainda na região uma situação de subdesenvolvimento, caracterizada por elevados níveis de desemprego, por evidentes vestígios das formas de caciquismo que tradicionalmente se geravam no meio rural e pela permanência de grandes desigualdades internas e em relação ao resto da Espanha, que, inclusivamente, têm tendido a polarizar-se ao longo dos últimos anos. Ainda existem, pois, profundas assimetrias na estrutura sócio-económica andaluza, cujo sector primário tem ainda demasiado peso e um excesso de mão-de-obra, que é a principal causa das altas taxas de desemprego que caracterizam este sector (Delgado Cabeza, 1993). Ademais, além das clássicas desigualdades resultantes da desequilibrada distribuição da terra, manifestam-se hoje outros tipos de pobreza que estão presentes em maior ou menor magnitude em todas as sociedades urbanas avançadas, mas que nas grandes e médias cidades andaluzas estão a crescer sobremaneira. Estes novos fenómenos de desigualdade e exclusão social, aliados à persistência

período da modernização. Contudo, para o leitor interessado, aconselho a leitura da obra citada no texto de J. B. Acebes e W. A. Douglas (1978), que inclui dez estudos monográficos sobre as mudanças experimentadas pelo sector rural na Espanha dos anos 60 do século xx. Apesar da heterogeneidade dos temas tratados, todos os artigos do livro se centram na análise de alguns dos factores mais destacados do processo de mudança rural que se produziu no país: alteração demográfica, emergência do fenómeno do turismo, industrialização e conseqüente aumento da população urbana, etc.

¹³ Ao analisar este processo torna-se evidente o contexto de subdesenvolvimento no qual teve lugar. Assim, ainda que, em conseqüência do mesmo, o tradicional peso do sector agrário no produto interno bruto (PIB) da Andaluzia tenha diminuído consideravelmente, o sector industrial experimentou igualmente uma redução em termos relativos do seu contributo para o PIB, já que o crescimento se baseou, sobretudo, numa desmesurada e desordenada expansão do sector dos serviços. Por conseguinte, a região não evoluiu de acordo com a lógica do clássico modelo de Clark (1960), que postulava que a mudança social se desenvolvia gradualmente das sociedades agrárias tradicionais para as industriais, e destas para as pós-industriais, num processo que ocorria em três etapas, nas quais a maior parte da força de trabalho se concentrava, sucessivamente, nos sectores primário, secundário e terciário. A sociedade andaluza não pode ser considerada uma sociedade pós-industrial, já que a sua excessiva «terciarização» não constituiu uma fase que tenha sucedido a um desenvolvimento generalizado da industrialização, mas antes, directamente, à sociedade agrária tradicional. As principais causas desta situação foram o *boom* turístico e o considerável crescimento experimentado pelos serviços públicos burocráticos, sociais, educativos e sanitários resultante da constituição de um governo autónomo na região. Por outras palavras, o maciço movimento da população activa em direcção ao sector terciário não manifesta um desenvolvimento equilibrado a partir de uma previamente consolidada sociedade industrial, mas antes um desmesurado crescimento do sector público, para o qual, perante a fragilidade do sector industrial, se dirigiu directamente a grande maioria do êxodo rural resultante da crise e das transformações estruturais provocadas pela modernização e mecanização agrárias.

das seculares desigualdades da região, fazem com que esta possa ser considerada uma das mais atrasadas da Europa.

O abismo existente entre a situação de subdesenvolvimento da Andaluzia e o resto da Espanha manifesta-se claramente no facto de o rendimento *per capita* na primeira se situar consideravelmente abaixo da média da segunda. Este abismo, que tende, inclusivamente, a agravar-se, é ainda atestado pelo facto de os índices de pobreza das oito províncias andaluzas se encontrarem todos acima da média espanhola (FOESSA, 1994).

O alto nível de desemprego, que é uma das principais causas das elevadas taxas de pobreza existentes na Andaluzia, deve-se a razões diversas, entre as quais podemos referir as seguintes: (1) o grande número de trabalhadores excedentários resultante da modernização do sector agrícola; (2) as dificuldades ou crises económicas experimentadas pelas tradicionais áreas de emigração da população andaluza durante os anos 60 e 70 do século xx; (3) a crescente incorporação no mercado de trabalho das mulheres e dos jovens nascidos durante o *boom* que a natalidade da região experimentou durante a década de 60; (4) a incapacidade do sector industrial para absorver a maioria destes excedentes de população. Em grande medida, esta incapacidade deve-se ao facto de o sector industrial permanecer frágil e com pouco peso. Os traços que caracterizam este sector são: (a) atraso tecnológico; (b) deficiente articulação interna e externa no que se refere às comunicações e telecomunicações; (c) escassa qualificação dos recursos humanos; (d) reduzida dimensão das empresas, que são particularmente vulneráveis às flutuações sócio-económicas nacionais ou internacionais (ESECA, 1997, p. 56). Em suma, estamos aqui perante um conjunto de factores que costumam caracterizar as sociedades subdesenvolvidas.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS FORMAS DE CONFLITO SOCIAL E DE MOBILIZAÇÃO COLECTIVA E A CRESCENTE ESTATALIZAÇÃO DA SOCIEDADE ANDALUZA

Por institucionalização das formas de conflito social e de mobilização colectiva entende-se aqui o processo de cristalização dos modelos de comportamento dos seus protagonistas sociais, que faz com que tais conflitos e mobilizações tendam a desenvolver-se e a resolver-se dentro dos padrões jurídica, política e socialmente regulados ou aceites pela ordem social que sustenta o sistema estabelecido. A tendência para a institucionalização dos conflitos sociais, tal como é aqui concebida, costuma ser um traço característico das sociedades democráticas avançadas, cujo nível de desenvolvimento sócio-económico e de bem-estar social possibilita uma generalizada conformidade da população aos modelos de funcionamento e de legitimação do referido sistema.

Mas como explicar as presentes tendências para a institucionalização dos conflitos e mobilizações colectivas no contexto de subdesenvolvimento, desemprego, desigualdade e polarização social que persiste ainda na Andaluzia? A resposta fundamental que podemos dar à questão prende-se com o notável grau de estatalização da sociedade andaluz. Não quer isto dizer que tenha aumentado aqui o grau de submissão ao poder do Estado, pois é evidente que o estabelecimento na Andaluzia de um governo autónomo, em 1980, e a sua crescente projecção internacional no presente contexto de globalização têm contribuído para que a sua capacidade de manobra seja maior do que alguma vez foi no passado. Assim, quando nos referimos ao incremento da estatalização na Andaluzia, estamos a aludir à sua crescente integração na lógica imperante, à escala estatal, dos processos sócio-económicos, político-institucionais e simbólico-culturais que hoje determinam o funcionamento e a evolução da ordem social da região. Nestas circunstâncias, em contraste com o radicalismo antiestatalista do anarquismo que, tradicionalmente, esteve tão enraizado na ordem social da Andaluzia, observamos hoje que esta região participa cada vez mais nos procedimentos institucionalizados de mobilização e reivindicação colectivas característicos do modelo de Estado democrático. Isto, por sua vez, relaciona-se estreitamente com o notável enraizamento da cultura política do diálogo e da negociação que se tem experimentado na região ao longo dos últimos anos.

A cultura política é entendida aqui como um sistema maioritariamente partilhado de crenças, ideias, símbolos, valores e normas que motiva a acção dos indivíduos pertencentes a um grupo social, «fazendo-os reagir em forma de atitudes e comportamentos a tudo o que se refere à vida política, especialmente no que toca ao uso do poder e à adopção de decisões e, de um modo mais geral, no que se refere à maneira como deve ser regulado [e por quem] o sistema social» (Cazorla, 1990, pp. 259). A assimilação da cultura política pelos grupos sociais implica, pois, a interiorização de uma série de atitudes e comportamentos institucionalizados que regulam a sua acção intragrupal e a sua relação com outros grupos. Esta interiorização ocorre por meio de um processo de socialização que implica a aprendizagem dos modelos de acção institucionalizada inerentes às crenças, ideias, normas, valores e símbolos, de acordo com os quais se constroem as regras do jogo em que se apoia a referida cultura. Na medida em que o processo de socialização se torna efectivo, tende a alcançar-se uma situação de consenso generalizado de respeito por tais regras do jogo, o que, por sua vez, se repercute no aumento do nível de estabilidade e integração da sociedade. Contudo, o desenvolvimento da cultura política não pode entender-se apenas como o resultado da efectividade do processo de socialização. Para que o referido desenvolvimento seja possível é necessária também a existência de uma situação social

adequada para que tenha lugar a produção e reprodução normalizada ou institucionalizada das práticas, conceitos, atitudes, valores e símbolos dessa cultura. Para que se tenha alcançado esta situação na Andaluzia contribuíram factos como os seguintes:

- a) O fim do sistema autoritário da ditadura franquista, que tornou possível uma considerável expansão da cultura democrática entre a maioria dos andaluzes (Del Pino e Bericat, 1998, pp. 235 e segs.). Desta forma, a Andaluzia, tal como o resto da Espanha, entrou numa etapa em que, como assinala José Cazorla, a «maturidade da nossa cultura política se manifesta — por fim — no consenso quase absoluto pelo respeito das regras do jogo. Talvez pela primeira vez, a pervivência e renovação dos conflitos encontrou uma via geral e sobretudo pacífica para a sua resolução através da negociação institucionalizada» (1990, p. 281). Nesta situação verifica-se uma cada vez maior integração da Andaluzia na lógica sócio-económica, político-institucional e simbólico-cultural do Estado, o que contribui consideravelmente para aumentar a legitimidade e influência social deste e, portanto, para incrementar o grau de estatalização da ordem social da região.
- b) A crescente globalização experimentada pela sociedade e pela economia regionais, cujo funcionamento e evolução dependem cada vez mais de uma ordem social global que, ao nível do sócio-económico, do político-institucional e do simbólico-cultural, opera à escala mundial¹⁴. No que se refere ao tema aqui tratado, estas circunstâncias contribuem também para aumentar o grau de estatalização da sociedade andaluz, já que trazem consigo o incremento da informação e, portanto, uma maior facilidade de conhecimento e adopção dos procedimentos habituais de resolução dos conflitos e de mobilização colectiva legitimados pelos valores da cultura política produzidos e reproduzidos pelos Estados europeus. Explica-se, deste modo, que, analogamente ao que sucede no resto da Espanha e na Europa, se verifique na Andaluzia uma crescente disseminação dessas formas institucionalizadas de expressão e de resolução dos conflitos e das mobilizações colectivas características do âmbito geopolítico europeu, no qual se insere a região.

¹⁴ A globalização é um fenómeno cada vez mais generalizado no nosso tempo. Em consequência disto, praticamente toda a população do mundo encontra-se hoje imersa numa única sociedade global (Albrow, 1990, p. 9). A este respeito, o leitor pode consultar também a obra de Roland Robertson (1992, p. 396), que entende a globalização como «o conjunto de processos que conduzem a um mundo único». Nas actuais circunstâncias, a humanidade passou a ser uma unidade social real em si mesma, uma totalidade que integra toda a população mundial (Sztompka, 1995, p. 111).

- c) A melhoria do nível educativo geral. Este factor, se bem que contribua para o desenvolvimento de posições mais críticas em relação ao sistema estabelecido, facilita também a socialização da população nas práticas, conceitos, atitudes, valores e símbolos da cultura política estatalmente institucionalizada, o que, por sua vez, se repercute na criação de um contexto social mais adequado para a produção e reprodução social das práticas e significados sobre os quais se sustenta a referida cultura.
- d) As tendências para a desmobilização dos jornaleiros agrícolas resultantes dos efeitos da modernização sobre as relações de trabalho agrícolas. Neste sentido, a região passou por um processo similar ao da generalidade das sociedades agrárias do mundo desenvolvido, resultante dos avanços tecnológicos incorporados na agricultura. Estes avanços contribuíram para aumentar o grau de isolamento dos trabalhadores agrícolas tanto em relação aos seus próprios companheiros como relativamente à população em geral. Habitualmente, estes trabalhadores já não desempenham as suas tarefas integrados em grandes agrupamentos colectivos, como acontecia tradicionalmente nos latifúndios andaluzes, o que propiciava a vivência em comum de uma mesma situação e favorecia o desenvolvimento de sentimentos e atitudes sociais que conduziam à mobilização. A mecanização da agricultura trouxe consigo uma drástica redução do número de trabalhadores permanentes necessários para o cultivo de qualquer exploração agrícola, por muito grande que seja. Estes trabalhadores costumam hoje desenvolver as suas funções individualmente ou em pequenos grupos (Entrena, 1998, pp. 34 e segs.). Quanto aos trabalhadores sazonais, requerem-se ainda em quantidades consideravelmente grandes, mas, quanto a isto, a região entrou em pleno nos processos globais de internacionalização do mercado de trabalho, de tal forma que uma parte considerável desses trabalhadores já não são andaluzes, mas sim procedentes de outros países, especialmente do Norte de África. A situação de precariedade, e muitas vezes de ilegalidade, destes imigrantes temporários dificulta consideravelmente a sua capacidade de mobilização¹⁵. Tudo isto contribuiu para que a agricultura, embora continue a ter um peso considerável na sociedade e economia andaluzas, tenha deixado de constituir a fonte de conflitividade social que tradicionalmente foi. Como con-

¹⁵ Apesar destas dificuldades, em condições favoráveis, os trabalhadores temporários também podem chegar a mobilizar-se. Entre tais condições podem referir-se as seguintes: redes de relação e de comunicação social entre eles, existência ou não de um apreciável nível de similaridade étnico-cultural, possibilidades de contacto e vida em comum que permitem as características e a duração do trabalho que realizam, grau de homogeneidade de tais características ou a existência ou surgimento de lideranças aglutinadoras entre os trabalhadores (Entrena, 1998, p. 42).

sequência, deu-se o gradual abandono das formas de protesto mais ou menos violentas e radicais (contra o Estado e a ordem social por este representada) que caracterizavam os tradicionais levantamentos anarquistas dos jornaleiros andaluzes, à medida que se iam difundindo outras formas de mobilização colectiva que recorriam a estratégias de carácter reformista.

- e) Em grande medida, a opção pela violência foi abandonada na Andaluzia porque se produziu na região uma transformação que, segundo Ralph Dahrendorf (1979), pode ser conceptualizada em termos de uma evolução de uma situação de privação total de vantagens económicas e sociais por parte de determinados grupos sociais — como os excluídos e os desempregados, que não exercem autoridade alguma — para outra situação de privação relativa. Desta forma, embora não possam influir ou participar efectivamente nas decisões do sistema de autoridade estabelecido, os referidos grupos podem hoje beneficiar, pelo menos, de certas vantagens económicas e sociais. Contudo, estas vantagens derivam, sobretudo, do facto de a maioria deles serem trabalhadores assalariados do meio rural e, como tal, beneficiários do plano de subsídios posto em prática pelo Estado espanhol para garantir, ao menos, a satisfação das necessidades básicas dos numerosos desempregados do sector.
- f) A concretização deste plano de subsídios foi tornada possível pelo crescente desenvolvimento do Estado social que se verificou em Espanha sobretudo com o processo de industrialização, desenvolvimento e modernização que o país conheceu a partir dos anos 50 do nosso século (Moreno e Sarasa, 1993). As medidas legislativas e políticas de nivelção social do Estado social resultaram na melhoria das condições de vida dos trabalhadores espanhóis em geral. No agro andaluz, em particular, não obstante o facto de o seu actual grau de mecanização e de inserção na economia de mercado ser muito maior do que durante o século XIX e o primeiro terço do século XX, já não se manifestam com a mesma intensidade e impacto negativo sobre as condições de vida dos jornaleiros os efeitos desequilibradores que tal inserção teve no referido período e que constituiu uma das principais razões dos conflitos então existentes. Em grande medida, isto fica a dever-se ao facto de tais efeitos serem actualmente mitigados pelas políticas sociais de intervenção do Estado social (por exemplo, protecção ao desemprego, pensões de reforma ou de doença, educação ou saúde gratuitas para todos), o que desempenha um importante papel no apaziguamento e resolução pela via institucional dos conflitos, já que, em consequência dessa intervenção do Estado social, se criou uma situação na qual os jornaleiros tendem a estar menos predispostos a assumirem posições radicais e mais propensos a adoptarem procedimentos institucionaliza-

dos de concertação e de negociação social. Tudo isto porque, apesar das desigualdades internas da Andaluzia e do seu atraso sócio-económico relativamente ao resto da Espanha e à Europa, o relativo nível de desenvolvimento e de intervenção social do Estado que hoje se verifica na região torna possível um funcionamento normalizado e previsível dos procedimentos de gratificação e de privação articulados pelo seu sistema sócio-político¹⁶. Estas circunstâncias criam, por sua vez, as condições adequadas para que os sujeitos individuais e colectivos regionais desenvolvam a convicção de que podem resolver os seus problemas e satisfazer as suas expectativas dentro das vias institucionalmente estabelecidas pelo Estado espanhol.

A institucionalização dos conflitos e formas de mobilização colectiva abordada nos pontos anteriores evidencia-se especialmente no comportamento das organizações de tipo reivindicativo através das quais se leva a cabo a representação de interesses na Andaluzia¹⁷. Actualmente, observa-se aqui uma crescente assimilação da cultura política tanto nas organizações sindicais de assalariados como nas de empresários, o que as levou a desenvolver comportamentos, programas, discursos e estratégias em conformidade com os padrões estatalmente institucionalizados e a deixarem para trás o radicalismo das atitudes verbais e actuações mais ou menos violentas tão enraizadas noutros períodos da história espanhola e, em particular, da andaluza. Desta forma, tais organizações acabaram por se inserirem na lógica institucionalizada à escala estatal que legitima e determina o funcionamento sócio-económico, político-institucional e simbólico-cultural da ordem social vigente — já não se pretende desmantelá-la, mas apenas modificá-la através da sugestão de alternativas concretas e estratégias reformistas de mudança social que visam a resolução de problemas específicos. Nesta situação, os *especialistas* ou os *assessores* substituem, a pouco e pouco, os ideólogos nas complicadas tarefas de negociação com outras organizações ou de orientação da tomada de decisões no seio da organização.

¹⁶ Na realidade, o que sucede na Andaluzia ocorre também em qualquer sistema sócio-político, dentro do qual é possível encontrar procedimentos mais ou menos articulados para a concessão de recompensas e a imposição de determinado tipo de limitações ou proibições. O leitor interessado em aprofundar mais a relação entre gratificação e privação que aqui se postula pode consultar Parsons (1976, pp. 210, 216, 330, 362 e 367). Baseei-me numa interpretação não literal deste autor para realizar esta argumentação.

¹⁷ No que se refere ao modo como esta institucionalização se manifesta nas organizações de assalariados agrícolas, remeto o leitor para os meus dois seguintes trabalhos: Entrena (1995a e 1995b).

As circunstâncias de institucionalização e das conseqüentes tendências para a resolução pacífica da generalidade dos conflitos e mobilizações sociais da Andaluzia, nas quais tudo isto tem lugar, entendem-se melhor se as situarmos no contexto de crescente globalização da região. Assim, à medida que os efeitos da globalização são sentidos em maior ou menor medida por todas as classes sociais regionais, estas tendem a pôr de lado os exacerbados antagonismos que as dividiam e que foram tão característicos do passado. Paralelamente, surgem por vezes novas formas de protesto nas quais chegam mesmo a manifestar-se movimentos sociais de solidariedade entre as classes. Exemplos disto são as mobilizações que se produziram em 1998 contra a proposta da política agrária europeia de modificação da Organização Comum de Mercados (OCM) em relação ao azeite. Neste caso, os grandes, médios e pequenos proprietários e as respectivas organizações representativas, bem como os jornaleiros e os seus sindicatos, mobilizaram-se em conjunto. Não obstante, esta confluência não significa que na Andaluzia os conflitos sociais e as diferenças entre as classes tenham sido superados. Significa apenas que as ditas diferenças foram momentaneamente postas de lado perante a magnitude de determinados problemas causados pelo processo de globalização para a região no seu conjunto¹⁸.

Por outro lado, em contraste com a espontaneidade e o imprevisto que foram tão correntes no antiestatalismo anarquista clássico, a interiorização generalizada da cultura política implica um crescente consenso no que toca à aceitação do paradigma de racionalidade formal-instrumental que nas sociedades modernas avançadas constitui o fundamento da legitimidade da acção social do Estado¹⁹. De acordo com a sua denominação, a lógica formal deste paradigma constitui um meio instrumental de estruturação, organização, planificação ou institucionalização do exercício da acção social de forma a encontrar-se o modo mais adequado e eficiente de realização de determinados fins e objectivos. Assim, por exemplo, as estratégias políticas preponderantes nas sociedades modernas avançadas poderiam ser entendidas, entre outras coisas, como formas institucionalizadas de acção social tendentes à planificação e organização racional dos meios ou instrumentos disponíveis

¹⁸ A natureza transitória da confluência de todos os partidos e organizações implicados nesta mobilização tornou-se manifesta pelo facto de a divisão entre as diferentes forças sociais que os mesmos representam ter ressurgido logo que foi aprovada pela União Europeia a nova OCM para a produção de azeite.

¹⁹ Para compreender o que aqui se entende por racionalidade formal-instrumental legitimadora da acção social do Estado há que diferenciar entre a racionalidade dos fins e a racionalidade dos meios, a que frequentemente se chama *razão instrumental*, também denominada *razão funcional*. Em princípio, a razão instrumental parece ser um *saber como*, que se diferencia de um *saber que* (Ferrater Mora, 1988). Dito de outro modo, trata-se daquilo que Max Weber (1979, p. 20) tipificava como uma racionalidade da acção social estabelecida com vista a determinados fins.

(materiais, humanos ou de outra índole) com vista ao alcance de determinados fins. Daí que tais formas de acção sejam enquadradas naquilo que aqui se tipificou como racionalidade formal-instrumental.

No que respeita às organizações de assalariados e empresários andaluzes, entenderemos melhor o estabelecimento nelas da cultura política e o seu consequente posicionamento favorável à realização das suas mobilizações e à resolução dos conflitos pelas vias institucionais se tomarmos em consideração a superação da ideologia e das práticas corporativistas que legitimavam o franquismo. Desta forma, longe do que podia prever-se através das práticas e dos argumentos ideológicos que legitimavam a necessidade de manter a ordem coercitiva da ditadura franquista, a chegada da liberdade democrática não supôs uma explosão generalizada dos conflitos em Espanha ou, particularmente, na Andaluzia. As tendências para a institucionalização das relações entre os diversos grupos e forças sociais espanhóis foram possíveis porque a transição democrática espanhola implicou a passagem do corporativismo tradicional de natureza autoritária do regime anterior para um neocorporativismo moderno de carácter pluralista²⁰. Nesta nova situação, o habitual papel de integração nacional supraclasses que o Estado se atribuía no corporativismo tradicional é substituído pela integração derivada dos processos voluntários de consenso, pacto e concertação social entre os distintos grupos de interesses que integram a actual sociedade democrática espanhola, os quais produzem e reproduzem tais processos através de procedimentos e práticas institucionalizados. Definitivamente, a lógica de concertação e integração social que, durante o franquismo, o Estado se atribuía a si mesmo (o Estado entendido aqui como um corpo exterior à sociedade que, da sua posição superior, a ordenava) foi interiorizada e assumida pela própria sociedade espanhola e, em particular, pela andaluza, que desta forma se estatalizou, integrando na sua própria dinâmica institucional interna de funcionamento muitas das funções de regulação e harmonização social antes desempenhadas pela instituição estatal.

²⁰ É comum ao velho e ao novo corporativismo uma visão integradora da sociedade, segundo a qual o interesse geral deve estar acima do interesse particular na formulação das políticas públicas. Não obstante, enquanto no velho corporativismo essa integração era levada a cabo de maneira autoritária por parte do Estado, no novo corporativismo os interesses colectivos organizados (por meio de partidos, associações patronais, sindicatos, etc.) integram-se voluntariamente nas dinâmicas de negociação e concertação social. Por conseguinte, este neocorporativismo pode ser entendido como «a organização de interesses colectivos (por antonomásia, os de classe e os de poder) em corporações e o seu combate político relativamente pacífico pela repartição de actividades, bens, rendimentos, benefícios e privilégios. Na sua forma limitada, o corporativismo contemporâneo tem a sua melhor expressão na concertação social [...] Num sentido mais realista e amplo, não obstante, o corporativismo não se restringe a acordos a três vezes entre sindicatos, patronato e governo, estendendo-se antes a qualquer expressão de negociação entre interesses colectivos, sobretudo entre monopólios e oligopólios sociais, sejam de que índole forem» (Giner, 1990, p. 4).

Contudo, o notável grau de institucionalização dos conflitos alcançado na Andaluzia não conseguiu impedir que se tenham produzido nela algumas formas de protesto e mobilização colectiva caracterizadas pela sua violência ou, pelo menos, por um radicalismo que põe em questão a legitimidade do sistema sócio-económico e político. De um certo ponto de vista, poderia pensar-se que, quanto a isto, a região não se diferencia das sociedades desenvolvidas do seu contexto geopolítico europeu, nas quais observamos o modo como por vezes, por diferentes razões, se produzem formas de mobilização ou protesto não institucionalizadas. Contudo, para compreender o caso desta região há que ter em conta também que a estabilidade e credibilidade dos procedimentos institucionalizados para a expressão das exigências e da satisfação das aspirações proporcionados por qualquer sistema sócio-político estão estreitamente relacionadas com a sua capacidade para satisfazerem tais exigências e aspirações. Pois bem, parece evidente que o sistema sócio-político andaluz não pode satisfazer as aspirações e exigências dessa parte considerável da sua população que sofre os efeitos do subdesenvolvimento, do desemprego, da precariedade laboral ou da ameaça de despedimento. Nesta situação explica-se a especial virulência de alguns recentes protestos colectivos, como, por exemplo, os confrontos com a polícia em dias de autêntica guerrilha urbana ocorridos em Cádiz, em Setembro de 1995 e em Maio de 1999, como reacção ao processo de reconversão industrial e demais problemas dos estaleiros desta província. Estes protestos constituem uma prova de desidentificação e desconfiança face ao sistema sócio-político regional que se traduz em instabilidade e desinstitucionalização dos conflitos perante as dificuldades ou incapacidade de tal sistema para satisfazer as exigências de emprego e estabilidade sócio-económica da população²¹.

Além disso, há que procurar no subdesenvolvimento a explicação da persistência de alguns dos velhos modelos andaluzes de mobilização e de manifestação de conflitos. A este respeito pode referir-se o caso do Sindicato de Operários do Campo (SOC), que surgiu nos anos da restauração democrática, após a morte de Franco²². Esta organização camponesa, cuja reduzida

²¹ A identificação com o sistema político e a confiança nas instituições são condições para o bom funcionamento da democracia. Contudo, as transformações sociais e a mudança de modelo económico a partir dos anos 70 contribuíram para agravar o grau de desconfiança e desidentificação política dos cidadãos. Ludolfo Paramio (1999) considera que esta situação não é irreversível, já que depende da manutenção, por parte dos partidos, de estratégias eleitorais de curto prazo que é necessário substituir mediante o desenvolvimento de alternativas políticas às actuais posições neoliberais.

²² O leitor poderá encontrar um estudo mais pormenorizado desta organização em Entrena (1994).

implantação social se circunscreveu a uma parte do território das províncias ocidentais andaluzas de Sevilha e Cádiz, destacou-se pela grande contundência e ressonância pública das suas acções, bem como pelo forte radicalismo dos seus discursos e forma de apresentar as suas reivindicações — se bem que isto não tenha impedido o SOC de demonstrar, em diferentes ocasiões, a sua predisposição favorável ao pacto e à assinatura de acordos²³. De facto, esta predisposição parece ter-se acentuado com a passagem do tempo, pelo que podemos afirmar também que esta organização se foi aproximando dos modelos da cultura política e da negociação estatalmente institucionalizadas²⁴. Além disso, em contraste com a habitual espontaneidade e a ocasional violência que caracterizaram as rebeliões anarquistas, as mobilizações do SOC são geralmente de carácter pacífico e têm lugar no contexto de tolerância da institucionalidade democrática. Deste modo, tais mobilizações demonstram um apreciável grau de organização, planificação e aproveitamento das oportunidades concretas para actuar eficazmente, costumando desenvolver-se em circunstâncias que lhes permitem alcançar um maior eco na opinião pública e uma maior rendibilidade sócio-política, no que se refere a empregar mais eficazmente os meios instrumentais disponíveis para alcançar os fins desejados. Definitivamente, o SOC pode ser entendido como uma espécie de movimento social atípico que apresenta certos traços contraditórios, já que, embora tenha adoptado alguns dos modelos institucionalizados de mobilização e resolução dos conflitos inerentes à cultura política predominante na estatalizada sociedade em que se desenvolve, conserva ainda vestígios do visceral antipoliticismo e antiestatalismo que caracterizam o tradicional anarquismo rural andaluz.

²³ De facto, nas páginas do jornal do SOC, *Tierra y Libertad*, aparecem diferentes referências alusivas à assinatura de (ou à necessidade de assinar) acordos com os empresários agrários, bem como informações relativas a negociações com a administração. Tal é o caso dos seguintes números: Dezembro de 1982, p. 4; Julho-Agosto de 1982, p. 4; Janeiro de 1983, p. 3; Fevereiro de 1983, p. 4; Abril de 1983, pp. 4-5.

²⁴ Em grande medida, a acção sócio-política das mobilizações do SOC desenvolve-se em consonância com um processo similar ao realizado em prol de uma acção colectiva eficaz elaborado por Charles Tilly na sua teoria do protesto. De facto, além da sua adequação para a análise do desenvolvimento da luta revolucionária, o trabalho de Tilly pode também ser útil para o estudo daquelas acções colectivas específicas de protesto e reivindicação que habitualmente têm lugar no quadro das vias pacíficas e institucionalizadas existentes nos sistemas democráticos modernos. Segundo esse autor, a acção colectiva eficaz implica as quatro fases seguintes: organização do grupo ou grupos implicados, mobilização, percepção dos interesses comuns e aproveitamento das oportunidades concretas para actuar eficazmente (Tilly, 1978, pp. 7-10).

BIBLIOGRAFIA

- ACEBES, J. B., e W. A. Douglas (1978), *Os Aspectos Cambiantes de la España Rural*, Barcelona, Barral Editores.
- ALBROW, Martin (1990), «'Introduction' to Martin Albrow e Elizabeth King», in *Globalization, Knowledge and Society*, Londres, Sage Publications e ISA.
- ALVAREZ JUNCO, José (1976), *La Ideología Política del Anarquismo Español (1868-1910)*, Madrid, Siglo XXI Editores.
- BARRAGÁN, A., M. González e E. Sevilla (1985), «Revueltas campesinas en Andalucía», in *Cuadernos de Historia*, 16, n.º 294, Madrid.
- BERNALDO DE QUIRÓS, Constancio (1968), *El Espartaquismo Agrario Andaluz*, Madrid, Halcón.
- BRENAN, Gerald (1971), *The Spanish Labyrinth*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CALERO, Antonio M. (1976), *Movimientos Sociales en Andalucía (1820-1936)*, Madrid, Siglo XXI Editores.
- CASTELLÓ MUÑOZ, Enrique (1970), *El Papel del Crédito en el Desarrollo Agrario*, Madrid, Publicaciones del Fondo para la Investigación Económica y Social de la Confederación Española de Cajas de Ahorros.
- CAZORLA PÉREZ, José (1990), «La cultura política en España», in Salvador Giner (dir.), *España: Sociedad y Política*, t. I, Madrid, Espasa-Calpe.
- CLARK, Colin (1960), *Les conditions du progrès économique*, Paris, PUF.
- COSER, Lewis (1961), *Las Funciones del Conflicto Social*, México, FCE.
- DAHRENDORF, Ralph (1979), *Las Clases Sociales y Su Conflicto en la Sociedad Industrial*, Madrid, Rialp, S. A.
- DELGADO CABEZA, Manuel (1993), *Estudio Preliminar da Obra de José Carzola Pérez: Factores de la Estructura Socioeconómica de Andalucía Oriental*, Universidade de Granada e Caja General de Granada.
- DEL PINO ARTACHO, Juan, e Eduardo Bericat Alastuey (1998), *Valores Sociales en la Cultura Andaluza*, Madrid, Edita CIS/Siglo XXI Editores.
- DÍAZ DEL MORAL, J. (1979), *Historia de las Agitaciones Campesinas Andaluzas*, Madrid, Alianza Editorial.
- ENTRENA, Francisco (1994), «El SOC: un caso de reacción campesina ante la modernización rural», in *Revista de Fomento Social*, n.º 194, vol. 49, Córdoba ETEA.
- ENTRENA DURÁN, Francisco (1995a), «Viejas e nuevas formas de organización campesina en el medio español», in *Papers Revista de Sociologia*, n.º 45, Bellaterra, Universidade Autònoma de Barcelona.
- ENTRENA DURÁN, Francisco (1995b), «Cultura política e racionalidad formal-instrumental en la acción social del nuevo sindicalismo agrario del sur de España», in *Revista Sociedad y Utopía*, n.º 5, Madrid, Faculdade de CC. PP. e Sociologia «Leon XIII».
- ENTRENA DURÁN, Francisco (1997), «La protesta campesina contra el estado en la España tradicional», in *Revista de Sociologia e Política*, n.º 8, Brasil, Grupo de Estudos Estado e Sociedade (GEES), Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.
- ENTRENA DURÁN, Francisco (1998), *Cambios en la Construcción Social de lo Rural. De la Autarquía a la Globalización*, Madrid, Tecnos.
- ENTRENA, Francisco, e Jesús Gómez Mateos (2000), «Globalization and socio-economic restructurings in Andalusia: Challenges and possible alternatives», in *European Sociological Review*, vol. 16, n.º 1, Março, Alemanha, Universidade de Bielefeld.
- ESECA (Sociedad de Estudios Económicos de Andalucía) (1997), *Informe Económico Financiero de Andalucía*, Granada, Caja General de Ahorros de Granada.
- FERRATER MORA, José (1988), *Diccionario de Filosofía*, t. 4, Madrid Alianza Editorial.
- FOESSA, Informe, (1994), Madrid, Fundación de Estudios Sociales y Sociología Aplicada.
- GARRABOU, Ramón (1985), «La crisis agraria española de finales del siglo XIX: una etapa del desarrollo del capitalismo», in *Historia Agraria de la España Contemporánea*, vol. II, Barcelona, Crítica.

- GINER, Salvador (1990), «La gerencia colectiva del conflicto laboral en España», prólogo a Ángel Zaragoza (Comp.) (1990), *Pactos Sociales, Sindicatos y Patronal en España*, Madrid, Siglo XXI Editores.
- GINER, Salvador, e Manuel Pérez Yruela (1979), *La Sociedad Corporativa*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- GÓMEZ BENITO, Cristóbal (1995), *Políticos, Burócratas y Expertos. Un Estudio de la Política Agraria y la Sociología Rural en España (1936-1959)*, Madrid, Siglo XXI Editores.
- HOBBSAWM, Eric J. (1973), «Peasants and politics», in *Journal of Peasant Studies*, n.º 1, Outubro.
- HOBBSAWM, Eric (1974), *Rebeldes Primitivos*, Barcelona, Ariel.
- LACOMBA, Juan Antonio (1995), «A economía andaluza. Un enfoque desde la historia», in *Ocho Análisis de la Economía Andaluza*, Sevilla, Instituto de Desarrollo Regional.
- MARTÍNEZ ALIER, Juan (1978), «A actualidad de la reforma agraria», in *Agricultura y Sociedad*, n.º 7.
- MINTZ, Jerome R. (1994), *Los Anarquistas de Casas Viejas*, Cádiz, Diputación Provincial de Cádiz.
- MOORE BARRINGTON (1976), *Los Orígenes Sociales de la Dictadura y de la Democracia*, Barcelona, Ediciones Península.
- MORENO, Luis, e Sebastián Sarasa (1993), «Génesis y desarrollo del Estado de bienestar en España», in *Revista Internacional de Sociología*, n.º 6, Setembro/Dezembro, Instituto de Estudios Sociales Avanzados — Andalucía, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PAIGE, Jeffery M. (1978), *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*, Nova Iorque, Free Press, e Londres, Collier Macmillan.
- PARAMIO, Ludolfo (1999), «Estrategias partidarias y desconfianza política», in *Revista Internacional de Sociología*, n.º 22, Janeiro/Abril, Instituto de Estudios Sociales Avanzados — Andalucía, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PARSONS, Talcott (1976), *El Sistema Social*, Madrid, Ed. Revista de Occidente.
- PÉREZ YRUELA, M. (1985), «La reforma agraria en España», in *Cuadernos de Historia*, 16, n.º 239, Madrid.
- PÉREZ YRUELA, M., e S. Giner (coords.) (1988), *El Corporatismo en España*, Barcelona, Ariel.
- ROBERTSON, Roland (1992), «Globality, global culture and images of world order», in Haferkamp e Smelser (eds.), *Social Change and Modernity*, Berkeley, University of California Press.
- ROMÁN, Carlos (1995), «Andalucía dentro de su contexto», in *Ocho Análisis de la Economía Andaluza*, Sevilla, Instituto de Desarrollo Regional.
- SÁNCHEZ JIMÉNEZ, José (1985), *Del Campo a la Ciudad. Modos de Vida Rural e Urbana*, Barcelona, Salvat Editores, S. A.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo (1979), *La Evolución del Campesinado en España. Elementos para Una Sociología Política del Campesinado*, Barcelona, Ediciones Península.
- SIMMEL, Georg (1977), *Sociología. Estudios sobre las Formas de Socialización*, t. 1, Madrid, Ed. Revista de Occidente.
- SIRVENT, Pere Gabriel (1990), «Movimiento obrero y restauración borbónica», in Domínguez Ortíz Antonio (dir.), *Historia de España*, vol. 10, Barcelona, Editorial Planeta.
- SHANÍN, Teodor (1983), *La Clase Incómoda*, Madrid, Alianza Editorial.
- SZTOMPKA, Piotr (1995), *Sociología del Cambio Social*, Madrid, Alianza Editorial.
- TILLY, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*, Reading, Massachusetts, Addison-Wesley.
- TORTELLA Casares, Gabriel (1991), «Producción y productividad agraria, 1830-1930», in *La Modernización Económica de España, 1830-1930*, Madrid, Alianza Editorial.
- WEBER, Max (1979), *Economía y Sociedad*, México, FCE.
- WOLF, Eric R. (1979), *Las Luchas Campesinas del Siglo XX*, México, Siglo XXI Editores.